

Ruínas de tempo presente: reflexões sobre o luto pandêmico



RESUMO

Ao longo da pandemia da covid-19, a contaminação exponencial pelo novo vírus, o isolamento social, as mortes massivas ao redor de todo o mundo marcaram um sofrimento sem precedentes na história recente. Na catastrófica contagem de vítimas aos milhares, produziu-se uma vala comum, suprimindo a legitimação de cada morte como única e insubstituível. A ameaça constante de contaminação impactou as possibilidades de enlace social, e inviabilizou a realização de ritos fúnebres, suprimindo uma expressão de valor cultural, comunitário e psíquico para elaboração de uma perda. O luto é um trabalho subjetivo, que se realiza na dimensão do laço social, e que está submetido à lógica política, econômica e social que rege a vida. Nesse sentido, o presente artigo abordou, a partir do referencial psicanalítico, as singularidades do trabalho de luto nesse evento histórico, a partir do enfrentamento político e social da pandemia no contexto brasileiro. Sustentada a hipótese de que o luto instaurado durante a pandemia foi desmentido ou desautorizado socialmente, o trabalho reflete sobre e as marcas e impactos atuais da experiência de uma tragédia.

Palavras-chave: Luto; Pandemia; Psicanálise; Laço social; Desmentido.

* Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Faculdade Monte Pascoal (FMP). CV: <http://lattes.cnpq.br/3932824790588729>

** Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). CV: <http://lattes.cnpq.br/3042344825513282>

Ruins of the present time: reflections on pandemic grief

ABSTRACT

Throughout the covid-19 pandemic, the exponential spread of the virus, social isolation, and massive deaths worldwide marked an unprecedented level of suffering in recent history. Amid the catastrophic toll of victims counted in thousands, a common grave emerged, suppressing the acknowledgment of each death as unique and irreplaceable. The constant threat of contamination affected social bonds and rendered funeral rites impossible, eliminating an essential cultural, communal, and psychological expression for processing loss. Mourning is a subjective process, carried out within the realm of social bonds and influenced by the political, economic, and social frameworks governing life. From this perspective, the present article, grounded in psychoanalytic theory, addresses the singularities of mourning during this historical event, focusing on the political and social confrontation of the pandemic in the Brazilian context. The hypothesis proposed is that mourning during the pandemic was socially denied or invalidated. The work reflects on the lasting marks and impacts of experiencing such a tragedy.

Keywords: Mourning; Pandemic; Psychoanalysis; Social Bonds; Denial.

Ruinas del tiempo presente: reflexiones sobre el duelo pandémico

RESUMEN

A lo largo de la pandemia de covid-19, la propagación exponencial del nuevo virus, el aislamiento social y las muertes masivas en todo el mundo marcaron un sufrimiento sin precedentes en la historia reciente. En el catastrófico recuento de víctimas por miles, se produjo una fosa común, suprimiendo la legitimación de cada muerte como única e insustituible. La amenaza constante de contagio impactó las posibilidades de vínculo social e imposibilitó la realización de ritos fúnebres, suprimiendo una expresión de valor cultural, comunitario y psíquico para la elaboración de una pérdida. El duelo es un trabajo subjetivo que se realiza en la dimensión del lazo social y que está sometido a la lógica política, económica y social que rige la vida. En este sentido, el presente artículo aborda, desde el marco teórico psicoanalítico, las singularidades del trabajo de duelo en este acontecimiento histórico, a partir del enfrentamiento político y social de la pandemia en el contexto brasileño. Sosteniendo la hipótesis de que el duelo instaurado durante la pandemia fue desmentido o desautorizado socialmente, el trabajo reflexiona sobre las huellas e impactos actuales de la experiencia de una tragedia.

Palabras clave: Duelo; Pandemia; Psicoanálisis; Lazo social; Desmentido.



Alguém deve, por assim dizer, ser digno de luto antes mesmo de se perder, antes mesmo de qualquer questão de ser negligenciado ou abandonado, e deve ser capaz de viver uma vida sabendo que a perda desta vida que eu sou seria lamentada, e por isso todas as medidas serão tomadas para evitar tal perda (Butler, 2012, p. 216).

Cada sociedade constrói o próprio modo de lidar e simbolizar o fenômeno da morte. Na cultura ocidental, o tema da morte é rotineiramente negado e apartado do discurso, configurando um interdito (Ariès, 2012). Contudo, os contornos estabelecidos no mundo pandêmico fizeram com que o tema da morte fosse escancarado e já não era possível ignorar sua existência. Ainda que persistissem discursos negacionistas (Hur et al., 2021), o avanço da contaminação ao longo do tempo fez com que muitas pessoas experimentassem o impacto da perda pelo coronavírus. De acordo com a OMS, estimou-se que a covid-19 causou, direta ou indiretamente, a morte de quase 15 milhões de pessoas em todo o mundo.¹ No Brasil, mais de 700 mil vidas foram perdidas em função da contaminação pelo novo vírus.² Neste cenário, foi cada vez mais comum reconhecer alguma vítima: figuras públicas, pessoas próximas, família e amigos. A realidade se abateu de maneira incontornável.

Ao mesmo tempo, o grande volume de perdas pela mesma doença, tantas vezes de várias pessoas dentro da mesma família, suprimiu o reconhecimento de cada morte como única, na banalização da contagem de vítimas em milhares. No Brasil, a gestão federal da pandemia perpetuou discursos e políticas de descaso com a morte e com o adoecimento, restringindo ao enfrentamento privado um problema de ordem pública (Baldini & Nascimento, 2021). Como apontado por Teles (2021), perpetua-se um movimento histórico, no qual as graves violações de direitos normalmente recaem sobre as vítimas, seus familiares e descendentes.

Para aqueles que perderam uma pessoa amada pela covid-19, o luto se instaura numa ruptura abrupta, num espaço irrealizável, na impossibilidade da despedida ou do contato com o corpo morto. Velórios foram proibidos pelo elevado risco de contágio, tornando mais penoso, ainda, o processo de elaboração da perda.³

A mobilização para esta escrita parte da experiência profissional de uma das autoras⁴ com atendimento psicológico a vítimas de adoecimento grave pela covid-19 e seus familiares, incluindo processos de luto. Na diversidade e singularidade dos relatos ouvidos, um atravessamento recorrente: a inconformidade pela impossibilidade de despedida, de uma última

¹ World Health Organization. (2022, 5 de maio). *14,9 million excess deaths associated with the covid-19 pandemic in 2020 and 2021*. <https://www.who.int/news/item/05-05-2022-14.9-million-excess-deaths-were-associated-with-the-covid-19-pandemic-in-2020-and-2021>

² Brasil. Ministério da Saúde. (2023, 28 de março). *Brasil chega à marca de 700 mil mortes por covid-19*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

³ Fiocruz. (2020). Fundação Oswaldo Cruz. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia covid-19: processo de luto no contexto da covid-19. Brasília-DF: Fiocruz, 2020. <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%bade-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-processo-de-luto-no-contexto-da-Covid-19.pdf>

⁴ A autora Dayane Dias Braz atuou como psicóloga hospitalar em uma UTI covid ao longo da pandemia (2020-2022). O trabalho contemplou o atendimento psicológico beira leito aos pacientes hospitalizados e o suporte aos familiares, por contato telefônico, vídeo-chamadas e atendimentos presenciais.

oportunidade de contato com o corpo morto, de garantia do zelo estético para o sepultamento, e do enredo de compartilhamento da experiência de perda perante a comunidade.

Portanto, o presente artigo propõe refletir, a partir do referencial psicanalítico, sobre as singularidades do trabalho de luto que rompe no cenário pandêmico. A partir da compreensão do luto enquanto processo subjetivo, social e político, este trabalho aborda as repercussões atuais da experiência catastrófica de perdas, e as implicações, na dimensão do laço social, da dor massiva renegada ao enfrentamento individual.

Morte, luto e contribuições da Psicanálise

Em *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1927), Freud discorre sobre os conflitos do homem inserido na civilização, ressaltando aspectos da repressão da vida instintual pela organização da cultura e dos sistemas religiosos e de crenças. O autor discorre sobre a função das construções religiosas manifestas enquanto tentativa de controle e domínio da morte e dos demais aspectos indomáveis da natureza.

Mas ninguém comete o engano de achar que a natureza já está dominada, e poucos têm a audácia de esperar que algum dia ela se sujeite inteiramente ao ser humano. Existem os elementos, que parecem zombar de toda tentativa de coação humana; a terra, que treme, se abre e soterra o que é humano ou obra do homem; a água, que tudo inunda e afoga ao sublevar-se; a tempestade, que tudo varre para longe; há as doenças, que há pouco tempo descobrimos serem ataques de outros seres vivos; e, por fim, o doloroso enigma da morte, para a qual até agora não se achou e provavelmente não se achará remédio (p. 199).

Nesse texto, Freud reflete sobre o desamparo do homem diante da inexorabilidade da morte e da consequente necessidade de construção de um acervo de concepções místicas e religiosas que tornem suportável o desvalimento humano. Crenças como a continuidade da vida após a morte tem a função de minimizar os terrores da natureza e compensar a humanidade dos sofrimentos e privações impostos pela vida civilizada.

Nas mais diversas produções culturais, o homem parece sempre às voltas com a necessidade – e dificuldade – de representar, elaborar e vivenciar o processo de morte. Em *Inibição, sintoma e angústia* (1926), Freud aponta que não há a representação inconsciente da morte, já que circunstância análoga à aniquilação da vida jamais poderá ser experimentada pelo sujeito. Corroborando essa afirmação, em *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915), Freud descreve que a própria morte nos é inconcebível, que não poderíamos sequer imaginá-la para além da posição de observadores e que no inconsciente, portanto, estamos convencidos da nossa imortalidade.

Apesar da naturalidade e inexorabilidade da morte, tende-se a deixá-la de lado, apartá-la da vida, até mesmo do próprio discurso. Evita-se cuidadosamente falar da possibilidade de morte de outrem quando aquele destinado a morrer pode escutá-lo e ao adulto não se admite sequer o pensamento da morte alheia sem alguma autocensura, a menos que se lide profissionalmente com ela (Freud, 1915).



Dar-se conta da própria finitude e enfrentar a perda de pessoas próximas são questões que demandam grande mobilização afetiva. Em *Luto e Melancolia* (Freud, 1917/1915), Freud define o luto como “a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc.” (p. 128). A ideia de luto, portanto, não se restringe à morte, mas abrange o enfrentamento das sucessivas perdas reais e simbólicas durante o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, de acordo com Dunker (2019), o luto é um modo de subjetivação, é um modo de relação com o outro permanente.

Em comparação aos quadros melancólicos, Freud descreve que o enlutado manifesta um doloroso abatimento associado à perda de interesse pelo mundo externo, incapacidade de eleição de um novo objeto de amor e desinteresse por qualquer atividade não relacionada à memória do falecido. Esse processo é caracterizado como uma espécie de colapso psíquico, no qual se enterram com o morto as esperanças, ambições, alegrias, não há consolo possível e vigora a recusa em substituir a pessoa perdida (Freud, 1917/1915).

Kehl (2011), inspirada pelo texto *Campo Geral*, de Guimarães Rosa, define a dor do trabalho de luto nas seguintes palavras:

Ter sido arrancado de uma porção de coisas sem sair do lugar: eis uma descrição precisa e pungente do estado psíquico do enlutado. A perda de um ser amado não é apenas perda do objeto, é também perda do lugar que o sobrevivente ocupava junto ao morto. Lugar amado de amigo, de filho, de irmão (Kehl, 2011, pp. 18-19).

Na experiência de morte de uma pessoa amada perde-se, portanto, também algo de si, o que exige do enlutado uma espécie de sacrifício (Baldini & Nascimento, 2021).

Na perspectiva da economia psíquica, Freud mostra que o trabalho do luto exige o desinvestimento abrupto da libido no objeto perdido. O autor aponta que existe intensa resistência humana em abandonar uma posição libidinal, o que resulta na oposição manifesta por um afastamento da realidade e superinvestimento nas lembranças e expectativas relacionadas ao objeto de amor. Reconhecido por Freud como doloroso, o trabalho do luto absorve intensamente o Eu e, apesar disso, será dissolvido no transcurso do tempo e no contato com a realidade (Freud, 1917/1915). Como exemplificado por Dunker (2019), “eu lembro, vou lembrando mais, eu vou fazendo aquela pessoa reexistir, eu vou recriando aquela pessoa e aí eu percebo que ela não está mais. O veredicto da realidade” (p. 35).

Apesar da intensa mobilização afetiva e do empobrecimento do eu no transcurso de seu trabalho, o luto é um afeto normal, da ordem da saúde psíquica. O progressivo e doloroso desinvestimento libidinal no objeto de amor perdido permitirá que em algum momento o ego seja capaz de se redirecionar a novos investimentos, ainda que a permanência psíquica da pessoa amada seja infinita (Dunker, 2019).

O luto na pandemia de covid-19 é marcado enquanto vivência coletiva por perdas massivas e simultâneas ao redor de todo o mundo e atravessado pelas restrições do enfrentamento compartilhado em cada comunidade. Se a perda de uma pessoa amada se

inscreve como marca dolorosa e desorganizadora na experiência subjetiva individual, a vivência do luto em massa enreda uma catástrofe.

Vale lembrar outras situações históricas que precipitaram o luto como uma experiência coletiva, trágica e violenta e de impossível representação simbólica. Assim como as mortes por covid-19, as guerras, as situações de desastres naturais, a ditadura, a violência perpetrada contra o povo periférico, entre outros exemplos, são imperativos de perdas coletivas catastróficas que produzem uma vala comum, marcando a impossibilidade de distinguir e legitimar cada existência e cada perda como única e insubstituível (Dunker, 2020).

Os ritos, o trabalho de luto coletivo e o laço social

Em suas formulações, Freud se dedica à definição da dinâmica intrapsíquica envolvida nos processos de luto, e outros autores darão continuidade às elaborações, compreendendo que o luto se realiza no coletivo, diante da comunidade, como apontado por Lacan (1958-1959). Discutir o valor dos rituais enquanto trabalho afetivo diante de uma perda significa afirmar, portanto, que o processo subjetivo de elaboração do luto está submetido à dimensão do laço social.

O trabalho do luto é enredado pelo lugar dado a morte na sustentação do laço social e, na dimensão coletiva, anseia a “recomposição de uma malha social que se esgarça por um buraco feito na trama, de uma cadeia que se rompe com a quebra de um elo” (Lo Bianco & Costa-Moura, 2020, p. 6). Ainda que o luto seja arcado por cada um em singularidade, ele se estabelece em relação ao lugar dos demais elementos da trama social. A morte de uma pessoa, portanto, marca uma ruptura em um encadeamento e há que ser feito um trabalho para que esse tecido possa, em algum momento, novamente se recompor.

A partir de Lacan (1958-1959), compreende-se que, frente à experiência desorganizadora de uma perda no campo do real, os ritos surgem como um apelo para uma totalidade de significantes, na tentativa de oferecer contornos a esse furo aberto na existência. Os ritos fúnebres oferecem elementos para uma tessitura simbólica, construindo oportunidade coletiva de enredo que torne acessíveis e nomeáveis estados extremamente dolorosos, incoerentes e indescritíveis (Bocchi, 2021). Esse apelo a intensa mobilização do simbólico, ainda que necessário, não tem a função de preencher a falta provocada por uma perda – já que esta será sempre intransponível –, mas de circunscrever algo em torno desse buraco no real, “deixando sempre um resto que diríamos *inominável*” (Baldini & Nascimento, 2021, p. 75).

Cada sociedade constrói a própria forma de confronto a essa austera ausência de forma e de nome que constitui o fenômeno da morte. Os ritos, nesse sentido, buscam elaborar uma trama simbólica para que os mortos possam transpor a condição do enigmático para integrar o repertório mental e social dos sobreviventes (Vernat, 1982 *como citado em* Giacoia, 2005). O rito demarca entre os vivos a presença de um vazio, inscrevendo uma ausência positiva que se conserva de diferentes maneiras, na construção de uma memória coletiva (Giacoia, 2005). Portanto, os rituais funerários apropriados a cada cultura têm a função de atribuir um estatuto social a cada personagem falecido, para que permaneça, enquanto morto, inscrito na vida

presente. Como proposto por Jean-Pierre Vernant, tal estatuto permite que os mortos “tomem a parte que lhes cabe na dominação das forças sociais de que dependem o equilíbrio da comunidade e a permanência de sua ordem” (Vernant, 1982, p. 105, como citado em Giacoia, 2005, p. 15). Essa mobilização busca a reparação do tecido social atravessado por uma morte e viabiliza a reinstituição da identidade dos sujeitos ao sinalizar seu pertencimento ao coletivo, diante do enfrentamento da perda de um objeto de amor (Lo Bianco & Costa-Moura, 2020).

Durante a pandemia de covid-19, a interdição de ritos que permitiam entrar em contato com o corpo morto marca um empobrecimento no campo da experiência simbólica de elaboração da perda. Encara-se a morte de forma isolada e concreta, na impossibilidade de expressão afetiva diante da perda, no espaço compartilhado e condolente de uma comunidade, e na ausência da cena de reverência à morte e a quem se perdeu (Bocchi, 2021). Quando morre um membro do povo indígena Kuikuro, no Alto do Xingu, o corpo é pintado com desenhos ancestrais para poder partir para o mundo dos mortos. O morto deve ser adornado e abraçado fortemente durante a despedida, como se estivesse preparado para uma festa. Pintar aquele que partiu e vesti-lo com a roupa dos antepassados é oferecer-lhe os elementos para ser respeitado do outro lado (Jucá, 2020). Na pandemia, a impossibilidade de consagração dos ritos fúnebres produz uma marca pungente, como expresso em declaração ao jornal *El País*, pelo indígena Takumã Kuikuro: “agora, quem morre não vai ser bonito no mundo dos mortos. O parente pode passar o resto da vida no outro mundo com vergonha”.⁵

O trabalho desenvolvido por Dantas et al. (2020) relata a experiência de um serviço hospitalar de acolhimento de pacientes e familiares durante a pandemia covid-19, e elucida relatos de enlutados sobre a experiência da morte sem o contorno oferecido pela oportunidade de despedida. “Sonhei que vi “ele” (o pai) presencialmente, no caixão... porque só tinha visto por foto. Acho que sonhei porque eu queria tanto ter visto... não ver o corpo contribui para não entender que morreu, parece que não é real (p. 516).”

Ao redor do mundo, iniciativas civis formaram resistência frente a insuficiência de medidas governamentais diante do cenário de luto coletivo instaurado na pandemia, como os memoriais virtuais. Sendo o isolamento uma necessidade de saúde pública durante grande parte da pandemia, o espaço virtual passou a ser uma alternativa para manutenção do laço social e possibilitou contornos simbólicos para experiência de luto. De acordo com Baldini e Nascimento (2011), o ponto comum entre tais iniciativas é a compreensão de que a suspensão da elaboração simbólica do luto no espaço físico de uma comunidade configura um cenário de violência, frente a qual se deve fazer alguma coisa.

No Brasil, o projeto *Inumeráveis* permitiu que as histórias enviadas pelos enlutados fossem ouvidas, transformadas em textos e epígrafe-epitáfio por voluntários e publicadas

⁵ A entrevista utilizada neste artigo foi realizada pela jornalista Beatriz Jucá com Takumã Kuikuro, na aldeia Ipatse, Terra Indígena do Xingu (MT), e publicada em 11 de julho de 2020 pelo jornal *El País Brasil*. Jucá, B. (2020, 11 de julho). “O Corona vírus está quebrando a nossa crença”: o luto imposto aos povos indígenas na pandemia. *El País*, São Paulo. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-11/o-coronavirus-esta-quebrando-a-nossa-crenca-o-luto-imposto-aos-povos-indigenas-na-pandemia.html>. Os nomes utilizados são os originais, conforme constam na publicação, e a entrevista foi veiculada com consentimento público do entrevistado, não havendo necessidade de desidentificação.

no formato de um memorial virtual. Nessa perspectiva, o objetivo do memorial foi produzir visibilidade, por meio de uma escrita poética, às perdas banalizadas em contagem numérica, na legitimação de cada história como única no mundo. Na definição do projeto, o seguinte verso: “não há quem goste de ser número / gente merece existir em prosa” (Baldini & Nascimento, 2011, p. 77).

Os esforços privados para inventar espaços de compartilhamento do trauma, sofrimento e memória durante a pandemia resistiram diante da banalização das mortes contadas aos milhares e ao luto que se engendrava na esfera coletiva. Insistiu-se em vociferar a dor, a perda, o descaso, a gravidade da situação de saúde pública, em um contexto em que se interdita não só o contato com o corpo morto, mas se descredibiliza a dor do luto diante da sociedade e se escancara o esvaziamento na produção do laço social.

A pandemia de covid-19 marca historicamente uma catástrofe humanitária, com repercussões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas, como apontado por Birman (2021). No cenário nacional, a extensão traumática extrapola a complexidade do evento, mas se constrói propriamente na dimensão discursiva, na qual os maiores líderes da gestão federal – eleitos democraticamente enquanto representantes dos interesses públicos –, reproduzem a desautorização do sofrimento coletivo.

A partir da noção ferencziana de *desmentido* ou *desautorização* – como traduzido por Figueiredo (2003) –, compreende-se que o evento traumático se estabelece no momento da frustração do testemunho do sujeito violado. Portanto, para além da própria tragédia, o prejuízo na convicção das próprias percepções e a anestesia da afetividade são efeitos brutais do trauma, que enclausuram a subjetividade aos imperativos veiculados culturalmente, reproduzindo automatismos e incapacidade de reflexão (Kuperman, 2015).

Considerações sobre o panorama atual: as ruínas do trágico

Atualmente, ainda que o tempo cronológico não tenha percorrido tantas voltas que justifiquem um apagamento da memória mundial sobre o horror dos acontecimentos da pandemia, a indignação perante a gravidade da tragédia se esvai. Aos poucos, foram abandonados os hábitos obsessivos de higiene, o medo, a sensação constante de ameaça, que marcaram a nossa relação inicial com o novo vírus.

O assombro provocado pelas cenas veiculadas na mídia das mortes, do sacrifício dos profissionais de saúde, do cenário fantasmagórico das cidades paralisadas nas medidas sanitárias de isolamento social, foram aos poucos se tornando familiares, a ponto de as notícias que anunciavam milhares de mortos ao dia parecerem não produzir o mesmo impacto de estranhamento de outrora.

A vacinação proporcionou redução dos níveis de contágio e, consequentemente, das mortes; as máscaras foram gradativamente descartadas, e perderam espaço enquanto acessório obrigatório na rotina. Ainda que vivamos às voltas com a possibilidade de novos picos de contaminação, passados aproximadamente três anos do decreto do início da pandemia, mal restaram ruínas que pudessem sinalizar na memória resquícios do trágico.

Ruína se refere a um resto arquitetônico que resiste a degradação pelo tempo e pelas intempéries, registrando a existência de uma história. Nossa postura atual aponta para uma precariedade na produção de memória viva, como se houvesse uma distância secular dos impactos causados pela pandemia. Desmoronadas as possibilidades discursivas e de invenção simbólica diante dos acontecimentos traumáticos, revelam-se ruínas de um tempo presente: um luto irrealizável. A destruição do que pode ser visto, reconhecido, visitado, tocado, contemplado, no engodo de subverter a dor latejante em passado remoto.

Tal movimento que aponta para o descolamento afetivo da experiência e ausência da memória, diverge do trabalho do luto. A construção de um repertório memorialístico que grafe em um campo simbólico o real da morte, é o destino do processo do luto. Retomando Freud (1917/1915), a realização de uma perda envolve intensa mobilização afetiva, o que viabilizará o progressivo desinvestimento libidinal no objeto de amor. É pela reafirmação dolorosa da ausência que, no transcurso do tempo, novos investimentos serão possíveis, e o objeto perpetuará sua existência em outra perspectiva – enquanto permanência psíquica acessível por meio de reminiscências. Portanto, para se construir de fato um passado passível de memória, é preciso que haja luto.

O fracasso da produção de memória passível de sentido e metaforização, como descrito por Figueiredo (2003), é um destino das percepções contestadas de autoridade. A percepção desautorizada, em termos de economia psíquica, permanece enclausurada da possibilidade natural de associação a novas percepções e outros processos psíquicos. Para o autor,

Talvez devemos conceber no aparelho psíquico, além do lugar das memórias vivas, que se integram naturalmente às demais atividades e são “esquecidas”, e do arquivo de símbolos em que permanece o recalcado – resistente, mas, em princípio, apto aos trâmites psíquicos e por isso vulneráveis as interpretações –, um compartimento em que se alojam essas “quase coisas”, que permanecem dissociadas e indigeríveis, em estado de desautorização (p. 62).

Reconhecer os impactos psíquicos da *desautorização* para o luto é buscar sinalizar os efeitos pronunciados da condição de esfacelamento do enlace social, refletida na posição discursiva do Estado brasileiro diante da crise representada pela covid-19. Cabe lembrar que a gestão federal da pandemia promoveu atrasos na vacinação, defesa de medicamentos sem eficácia comprovada, negligência na garantia de insumos fundamentais para serviços de saúde, negação da gravidade, escárnio em relação aos sintomas graves da doença, e banalização das mortes (Brandão Mendonça & Souza, 2023; Hur et al., 2021). Buttler (2022) afirma que uma vida que não é digna de luto não se qualifica propriamente como vida. De acordo com a autora,

Não se trata apenas, então, de um “discurso” de desumanização que produz esses efeitos, mas sim da existência de um limite ao discurso que estabelece os limites da inteligibilidade humana. Não é só que pouca evidência é dada a uma morte, mas sim que ela é impossível de ser evidenciada. Tal morte desaparece, não no discurso explícito, mas nas reticências pelas quais o discurso caminha (p. 55).

Nesta perspectiva, compreende-se que a natureza do luto não é meramente privada, mas de ordem política. Afirmar a dimensão política do luto é reconhecer a necessidade primitiva e vital dos laços relacionais e das condições sociais da nossa própria formação subjetiva. Estamos subordinados a normas culturais que nos precedem e ultrapassam, e submetidos a um campo de poder que nos condicionam fundamentalmente (Butler, 2022).

Os limites e impedimentos para o luto se submetem as mesmas regras do funcionamento social e político que regem a vida (Alencar, 2011). A desigualdade que assola a população brasileira delimita diferentes chances de sobrevivência durante uma crise de saúde pública; ainda que a contaminação pelo vírus pudesse acometer de forma indiscriminada qualquer indivíduo, a possibilidade de acesso a formas de proteção e tratamento estava sujeita às condições concretas de existência social, econômica e habitacional de cada grupo (Birman, 2022).

Butler (2022) ressalta que a “desrealização da perda – insensibilidade ao sofrimento humano e à morte – torna-se o mecanismo de realização da desumanização” (p. 179). Neste sentido, os sintomas sociais de indiferença e esquecimento, o aniquilamento das possibilidades afetivas e narrativas no período pós-pandêmico, delineiam milhares de perdas que se desumanizam, na desvalorização da condição de existência humana e do reconhecimento da legitimidade do sofrimento.

Considerações Finais

O luto é o trabalho psíquico de realização de uma perda, elaborado diante do enlace coletivo e submetido às dimensões políticas e sociais de um determinado momento histórico. O cenário do mundo assolado pela pandemia de covid-19 produziu particularidades sobre os modos (im)possíveis de elaboração de um luto, ao mesmo tempo singular e comum a tantas pessoas.

A precariedade da ritualização da morte por meio de cerimônias, contato com o corpo morto, e compartilhamento da perda diante de uma comunidade se configuram como impasses relevantes para a elaboração dos lutos. Também cabe destacar o possível impacto da tragédia na dimensão do laço social, em que uma massa vive coletivamente diversas perdas, violências e negligências de direitos fundamentais.

A nossa postura atual diante do horror da pandemia produz um distanciamento afetivo, e forja a impressão de uma história longínqua. A impossibilidade de transformação da perda em passado tangível no enredo simbólico, construiu uma dinâmica social de indiferença diante das perdas. Herança de uma dimensão sociopolítica de negação e descrédito diante das mortes e do sofrimento da população brasileira, e do arruinamento na dimensão do enlace social.

A continuidade da produção científica a respeito dos impactos coletivos da pandemia é um caminho para a produção de palavra, para a rememoração, e para a legitimação de um sofrimento que não se esgota e não se esquece em um irrisório período de tempo. A Psicanálise, nesse sentido, configura campo de potência de produção de conhecimento e intervenção, reconhecendo ao longo da sua evolução teórica a dimensão social e política da produção de sofrimento.

A partir da análise implicada de fenômenos complexos, defende-se a construção de espaços coletivos de compartilhamento do trauma, do enredo de memórias e invenções narrativas, na dimensão testemunhal de quem presenciou uma tragédia e sobreviveu, não intacto, aos impactos da experiência pandêmica.

Referências Bibliográficas

Alencar, S. L. S. (2011). *A experiência do luto em situações de violência: entre duas mortes*. (Tese de Doutorado, PUC São Paulo), São Paulo.

Ariès, P. (2012). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Baldini, L. J. S.; Nascimento, E. M. (2021). "Esse verso é um pouquinho de uma vida inteira...": os inumeráveis e a morte inominável. *Revista Linguagem*, São Carlos, 37(Temático), 67-90.

Birman, J. (2021). *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Bocchi, A. F. A. (2021). Versões do luto para um mundo pandêmico: o luto impedido no horizonte de uma perda seca. *Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas*, 63, 1-13.

Brandão, C. C., Mendonça, A. V. M., & Souza, M. F. de (2023). O Ministério da Saúde e a gestão do enfrentamento à pandemia de covid-19 no Brasil. *Saúde em debate*, 47(137), 58-75. <https://doi.org/10.1590/0103-11042023S137>

Bretas, A. C. (2018). Pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim?, por Judith Butler. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2(33), 213-229. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v2i33p213-229>

Butler, Judith. (2022). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. 1 ed. (Tradução de Lieber, A.) (p. 189). Belo Horizonte: Autêntica.

Dantas, C. R.; Azevedo, R. C. S.; Vieira, L. C.; Cortês, M. T. F.; Federmann, A. L. P.; Cuco, L. M.; Rodrigues, L. R.; Domingues, J. F. R.; Dantas, J. E.; Portella, I. P.; Cassorla, R. M. S. (2022). O luto nos tempos da covid-19: desafios do cuidado durante a pandemia. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 23(3), 509-533. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p509.5>

Dunker, C. I. L. (2020). *Covid-19 e a 'dupla morte': como lidar com a dor de um luto sem despedida*. https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/01/covid-19-e-a-dupla-morte-como-lidar-com-a-dor-de-uma-morte-sem-despedida.amp.htm?fbclid=IwAR30lrURAvfVTJ_MnpVzyAr6bicrJk5oxD1kPq9gLOV5YYesvSlw76QQzE. Consultado em 9 de abril de 2022.

Dunker, C. I. L. (2019, julho/dez). Teoria do luto em psicanálise. *Pluralidades em Saúde Mental*, 8(2), 28-42. Curitiba.

Figueiredo, L. C. (2003) Verleugnung, a desautorização do processo perceptivo. In Figueiredo, L. C. *Elementos para a Clínica Contemporânea*. São Paulo, Escuta.

Freud, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *Obras Completas: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. (Tradução de P. C. de Souza), 12, 209-246. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1922). *Dois verbetes de enciclopédia*. In S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, XVIII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (2010). Inibição, sintoma e angústia. *Obras Completas: Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929)*. (Tradução de P. C. de Souza). 17. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).

Freud, S. (2010). Luto e melancolia. *Obras Completas: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. (Tradução de P. C. de Souza). 12. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917/1915)

Freud, S. (2010). O futuro de uma ilusão. *Obras Completas: Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929)*. (Tradução de P. C. de Souza). 17. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927).

Giacoina, O. J. (2005). A visão da morte ao longo do tempo. *Medicina*, 38(1), 13-19. Ribeirão Preto.

Hur, D. U., Sabucedo, J. M., & Alzate, M. (2021). Bolsonaro e covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 21(51), 550-569. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200018&lng=pt&tlng=pt. Consultado em 18 de outubro de 2025.

Kehl, M. R. (2011). Melancolia e criação. In Freud, S. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify. https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/luto_e_melancolia_-_sigmund_freud.pdf. Consultado em 20 de abril de 2021.

Kupermann, D. (2015). A “desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. *Revista Cult*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/09/a-desautorizacao-em-ferenczi-do-trauma-sexual-ao-trauma-social/>

Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. (Tradução de C. Berliner). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958-1959).

Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2020). *Covid-19: Luto, morte e a sustentação do laço social*. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 40, e244103. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244103> Consultado em 21 março 2022.

Rosa, M. D. (2004, setembro). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, IV(2), 329-348. Fortaleza.

Teles, E. (2021). A pandemia e o governo dos corpos. *Revista Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/pandemia-e-o-governo-dos-corpos/> Consultado em 6 de abril de 2021.

Recebido em: 23 de novembro de 2024

Aprovado em: 25 de outubro de 2025

